

# Governo estuda saída para a dívida pública

Acabar com os efeitos inflacionários da dívida pública. Este é o principal objetivo da estratégia de ação econômica que está sendo montada pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende. "Todos os pontos que estudamos partem desse princípio", informou importante membro de sua equipe. Apesar de ser importante, a entrada em vigor da reforma fiscal não determina o **timing** para que a inflação comece a cair.

Ao final de 1992, a dívida pública (inclui Tesouro Nacional, Banco Central, estados, municípios e empresas estatais) brasileira era de quase 150 bilhões de dólares, conforme dados do Banco Central. O principal problema está na dívida interna (total de 134 bilhões de dólares), que tem parcela de 20 bilhões de dólares sendo "girada" a curto prazo (30 dias), conforme estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O principal problema para baixar a inflação é desmontar o quebra-cabeça de pagamento dessa parcela do débito. Para girá-la, o Governo coloca no mercado títulos com juros altos para pagar títulos que já tinham juros altos, pois só assim são mais atraentes do que o ouro, dólar ou consumo. A dívida interna representa o total dos débitos assumidos pelo Governo junto às pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.

**Opções** — Existem vários instrumentos à mão de Eliseu Resende para desencadear esse pro-

cesso de desmontagem. Um deles é defendido por economistas da FGV e pelo deputado federal Delfim Netto (PDS-SP), ex-ministro da Fazenda: rápido processo de privatização, que renderia justamente a maior parcela desses 20 bilhões de dólares.

Este princípio de solução agrada ao ex-ministro da Fazenda, deputado federal Roberto Campos (PDS-RJ). Para ele é "fechado o caminho de solução fiscal para o problema da dívida. A privatização, além de colaborar decisivamente para desmobilizar a dívida de curto prazo, reduziria o tamanho do setor público". A velocidade do processo de privatização, caso seja adotada essa solução, seria adequada à sua melhor "posição" para contribuir no combate à inflação.

A maior parte de toda a dívida pública — 46,97 por cento — está nas mãos das empresas estatais. São 70 bilhões de dólares em débitos das empresas estatais, com aval do Tesouro Nacional. São exemplos o débito da Eletrobrás com as empreiteiras — 600 milhões de dólares — ou do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e da "falecida" Portobrás com esses mesmos credores, 900 milhões de dólares.

**Título** — Quinta-feira, Eliseu Resende conversou com Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), sobre dois assuntos. Um deles envolve possível título do Tesouro Nacional para alongar prazos das

dívidas de estatais, com regras muito específicas. Outro, reforma fiscal.

Os títulos seriam usados para pagamento de impostos futuros devidos pelos credores particulares. Há no próprio Ministério da Fazenda, aqueles que afirmam não passar isso, de **lobby** das empreiteiras, com as quais Ponte e Resende teriam laços estreitos.

Se a criação do título for aprovada, deverá ser levada ao Congresso Nacional através de projeto de lei. Lá os parlamentares teriam como discutir se suas regras lesam ou não o patrimônio público; "se beneficiam ou não o setor que bancou fartamente a campanha do ex-diretor do DNER ao governo mineiro na década de 80", diz o técnico fazendário, com "ponta" de ira.

**Prazo** — Outra hipótese são títulos lastreados em ações de empresas estatais. Ele seria colocado "goela abaixo" dos fundos de pensão e instituições financeiras que têm parte de suas carteiras determinadas pelo Governo. O prazo seria de uma década, com juros de 12 por cento ao ano.

Outra fonte de recursos seriam as reservas do Banco Central, estimadas em 20 bilhões de dólares. O patamar é confortável e dez por cento desse total "tentam" técnicos do Governo. Economistas da Fundação Getúlio Vargas entendem que uma parcela delas deve ser usada para reduzir a dívida interna de curto prazo.

\* 4 ABR 1993

COPIADO DO ARQUIVO DO GOVERNO DO BRASIL